

Divergência marca reunião sobre pacto

BRASÍLIA — Depois de mais de três horas de reunião, representantes dos trabalhadores e empresários deixaram o edifício-sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, sem definir os nove nomes que representarão as categorias nas negociações do pacto social com o governo.

A reunião, que tratou basicamente da nova estrutura do sistema sindical do país e das liberdades adquiridas através da nova Constituição, foi marcada por dúvidas e denúncias lançadas pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, e pelo presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão. Ambos afirmaram desconhecer a presença de empresários na reunião, o que, segundo eles, dificultou a discussão de temas polêmicos, como a divisão do imposto sindical, de interesse dos trabalhadores.

"Acho escandaloso discutir com os empresários a organização trabalhista. Foi um erro estratégico. Os responsáveis pela convocação da reunião não pro-

curaram ouvir as bases", revoltou-se Medeiros, que deixou a sede da CNTC, uma hora antes do término da reunião.

Outra denúncia apresentada pelos dirigentes sindicais foi a proposta lançada pela Confederação Nacional do Comércio, que consiste na criação de um Conselho Nacional do Sistema Confedutivo, visando regulamentar os pontos referentes às questões trabalhistas, tais como a concessão do registro para o funcionamento dos sindicatos, aprovadas pela nova Carta.

"Estão tentando criar uma camisa de força pior do que o Ministério do Trabalho" — denunciou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Redutor — Pelo menos num ponto os representantes dos trabalhadores e do empresariado nacional concordaram, durante a reunião de ontem, na sede da CNTC: se decidir pela aplicação do redutor sobre preços, salários, câmbio, tarifas e correção monetária, o governo não poderá continuar aumentando os impostos.

"Se os trabalhadores tiverem seus salários reduzidos, o mesmo acontecendo com os preços dos produtos, o governo também terá que dar a sua contribuição, não aumentando os impostos" — argumentou o presidente da CNC, Antonio Oliveira Santos.

Na próxima quinta-feira, em Brasília, comissões técnicas de empresários e trabalhadores vão se reunir, em Brasília, para discutir as linhas básicas de um plano de ação, informou, em São Paulo, o diretor da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Roberto Della Manna, que receberá hoje o presidente da CUT, Jair Meneguelli.

Em Moscou, o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Albano Franco, entrega hoje ao presidente Sarney uma proposta para que sejam formalizados os contatos diretos entre o Cise (Conselho Interministerial de Salários das Estatais) e os trabalhadores do setor público, dentro do foro do pacto social. O senador acredita que o governo precisa negociar com os grevistas através do Cise.